

# Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.

(em fase pré-operacional)

**Demonstrações financeiras em 31 de  
dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório de revisão dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>

## **Relatório da administração e período social encerrado em 31 de dezembro de 2025.**

Senhores acionistas, a Administração da Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.S as Demonstrações Financeiras acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, referentes ao período social findo em 31 de dezembro de 2025. Ao encerrarmos o período de 2025, a Diretoria externa seu reconhecimento pelo apoio recebido da controladora GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia bem como a todos os demais colaboradores por sua dedicação e empenho.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026.



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas e Diretores da Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.

### São Paulo - SP

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Daniel Aparecido da Silva Fukumori  
Contador CRC 1SP245014/O-2

**Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.**

**Balancos Patrimoniais**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Caixa e equivalente de caixa	7	1.173	-	Fornecedores	8	-	15
Despesas antecipadas		<u>2</u>	<u>-</u>	Obrigações fiscais		1	-
<b>Total do ativo circulante</b>		<b><u>1.175</u></b>	<b><u>-</u></b>	Imposto de renda e contribuição social	12	2	-
				Dividendos a pagar	9 e 13	7	-
				Outras contas a pagar	8	<u>-</u>	<u>18</u>
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b><u>10</u></b>	<b><u>33</u></b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	9		
				Capital social		1.145	-
				Reserva legal		1	-
				Reserva de lucros		19	-
				Prejuízos acumulados		<u>-</u>	<u>(33)</u>
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b><u>1.165</u></b>	<b><u>(33)</u></b>
<b>Total do ativo</b>		<b><u><u>1.175</u></u></b>	<b><u><u>-</u></u></b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b><u><u>1.175</u></u></b>	<b><u><u>-</u></u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.**

**Demonstrações de Resultados**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	<b>Nota</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	10	(32)	(33)
<b>Resultado antes das receitas financeiras líquidas e impostos</b>		<b>(32)</b>	<b>(33)</b>
Receitas financeiras	11	101	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>101</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>69</b>	<b>(33)</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	12	(9)	-
<b>Lucro / (Prejuízo) do exercício</b>		<b>60</b>	<b>(33)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.**

**Demonstrações dos resultados abrangentes  
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Lucro / (Prejuízo) do exercício</b>	60	(33)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<u><u>60</u></u>	<u><u>(33)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**  
**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	Nota	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de retenção de lucros</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Lucros / (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 25 de outubro de 2023</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>(33)</u>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(33)</u>	<u>(33)</u>
Integralização e subscrição de capital	9a e 9b	1.145	-	-	-	1.145
Lucro líquido do exercício		-	-	-	60	60
Compensação de prejuízos acumulados	9e	-	(33)	-	33	-
Destinação para reserva legal	9c	-	-	1	(1)	-
Distribuição de lucros	9d	-	-	-	(7)	(7)
Destinação para reserva de retenção de lucros	9e	-	52	-	(52)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>		<u>1.145</u>	<u>19</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>1.165</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A.**

**Demonstrações dos fluxos de caixa**

**Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de reais)*

	Nota	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>69</u>	<u>(33)</u>
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais:</b>			
Despesas antecipadas		(2)	-
<b>Aumento (redução) nos passivos operacionais:</b>			
Fornecedores	8	(15)	15
Obrigações fiscais		1	-
Outras contas a pagar	8	<u>(18)</u>	<u>18</u>
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>35</u>	<u>-</u>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	12	<u>(7)</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<u>28</u>	<u>-</u>
<b>Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</b>			
Integralização de capital	9	<u>1.145</u>	<u>-</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>		<u>1.145</u>	<u>-</u>
<b>Aumento líquido no saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>		<u>1.173</u>	<u>-</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		-	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7	<u>1.173</u>	<u>-</u>
		<u><u>1.173</u></u>	<u><u>-</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

### **1 Contexto operacional**

A Atlas Brasil Energia Holding 5 S.A., (“Companhia”) é uma Holding, constituída na forma de sociedade propósito específico de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, 105, andar 7, no bairro Cidade Monções, CEP 04.571-010.

A Companhia tem como controladora direta e final a sociedade GIP Hélio Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia, com participação de 100% do capital social da Companhia.

A Companhia foi constituída em 17 de abril de 2024, e tem como objeto social a participação no capital de outras sociedades empresárias ou não empresárias, como sócia, acionista ou quotista, bem como a participação em empreendimentos comerciais e industriais, seja no Brasil e/ou no exterior.

#### **1.1 Aspectos relacionados aos indicadores financeiros**

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a administração avaliou a capacidade da empresa em continuar operando normalmente e dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

### **2 Base de preparação**

2

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards – IFRS* emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de fevereiro de 2026.

#### **Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico

### **3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

3

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

## 4 Uso de estimativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

### a) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Instrumentos financeiros – Nota explicativa nº 14:** Principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo.

## 5 Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

### a) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Companhia compreendem:

- receita de juros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A 'taxa de juros efetiva' é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- ao custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo.

### b) Imposto de renda e contribuição social

#### ***Regime de tributação pelo Lucro Real***

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

## **c) Instrumentos financeiros**

### ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial***

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

### ***(ii) Classificação e mensuração subsequente***

#### *Instrumentos Financeiros*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado:

- ao custo amortizado;
- ao VJR (Valor Justo por meio do Resultado).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

#### ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:***

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; e

- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:***

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

O Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

**Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:**

<b>Ativos financeiros VJR</b>	<b>a</b>	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
-------------------------------	----------	---

<b>Ativos financeiros custo amortizado</b>	<b>a</b>	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
--	----------	--

***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas***

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

### ***(iii) Desreconhecimento***

#### ***Ativos financeiros***

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual o Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

#### ***Passivos financeiros***

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

### ***(iv) Compensação***

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

## **d) Mensuração do valor justo**

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (*non-performance*). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como “ativo” se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

## **6 Novas normas e interpretações**

### ***(a) Normas contábeis***

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **a) IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis.**

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está

avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

## **b) Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

## **(b) Impacto da Lei Complementar nº 214/2025 (Reforma Tributária) nas Demonstrações Financeiras**

### **Introdução:**

A presente nota explicativa tem como objetivo detalhar os impactos potenciais da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025, que institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição Social sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), nas demonstrações financeiras da Companhia. Embora a Lei Complementar nº 214/2025 tenha sido promulgada após o encerramento do exercício social de 31 de dezembro de 2025, seus efeitos são considerados eventos subsequentes que não ajustam as demonstrações financeiras, mas que requerem divulgação para uma compreensão completa da posição financeira e do desempenho futuro da Companhia.

### **Contexto da Lei Complementar nº 214/2025:**

A Lei Complementar nº 214/2025 representa um marco significativo na reforma tributária brasileira, com a unificação de diversos tributos sobre o consumo. As principais mudanças introduzidas incluem a criação do IBS e da CBS, que substituirão o PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS, e a instituição do Imposto Seletivo sobre bens e serviços específicos. A implementação dessas novas regras tributárias ocorrerá de forma gradual, conforme cronograma estabelecido na própria lei e em regulamentações iniciando em 1º de janeiro de 2026 até 2032.

### **Impactos potenciais nas demonstrações financeiras individuais e operações futuras:**

A promulgação da Lei Complementar nº 214/2025, embora posterior à data do balanço, terá implicações relevantes para a Companhia a partir de sua efetiva entrada em vigor. Os principais impactos esperados incluem, mas não se limitam a:

- **Revisão de preços e margens:** A alteração na estrutura tributária pode exigir uma revisão da política de preços de produtos e serviços da Companhia, bem como impactar suas margens de lucro, dependendo da capacidade de repasse dos novos encargos aos consumidores ou da otimização de custos.
- **Fluxo de caixa:** As mudanças nos regimes de apuração e recolhimento dos tributos podem afetar o fluxo de caixa da Companhia, exigindo ajustes no planejamento financeiro e na gestão de capital de giro.

- **Sistemas e processos internos:** A Companhia precisará adaptar seus sistemas de gestão (ERP), processos contábeis e fiscais para atender às novas exigências da legislação, incluindo a emissão de documentos fiscais e a apuração dos novos tributos. Isso pode envolver investimentos em tecnologia e treinamento de pessoal.
- **Contratos e acordos comerciais:** Contratos de fornecimento, vendas e outros acordos comerciais podem necessitar de revisão para incorporar as novas disposições tributárias, especialmente aqueles que preveem cláusulas de reajuste ou repasse de impostos.
- **Análise de créditos tributários:** A transição para o novo sistema pode gerar a necessidade de análise e gestão de créditos tributários acumulados sob a legislação anterior, bem como a compreensão das novas regras para a apropriação de créditos de IBS e CBS.
- **Impacto no lucro líquido e patrimônio líquido:** As alterações na carga tributária e nos custos operacionais podem, em última instância, impactar o lucro líquido da Companhia, consequentemente, seu patrimônio líquido.

#### **Medidas Adotadas e Próximos Passos:**

A Companhia está monitorando ativamente a regulamentação da Lei Complementar nº 214/2025 e avalia detalhadamente seus impactos. Uma equipe multidisciplinar, composta por profissionais das áreas contábil, fiscal, jurídica e de negócios, está encarregada de:

- Realizar estudos aprofundados sobre as implicações da nova legislação para cada operação da Companhia
- Desenvolver planos de ação para a adaptação dos sistemas, processos e controles internos.
- Avaliar a necessidade de renegociação de contratos e acordos comerciais.
- Estimar os impactos financeiros e operacionais, incluindo projeções de fluxo de caixa e resultados.

## **7 Caixa e equivalentes de caixa**

	<u>2025</u>
Depósitos bancários (a)	12
Aplicações financeiras curto prazo (b)	<u>1.161</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	<u><b>1.173</b></u>

- (a) Inclui depósitos bancários disponíveis, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.
- (b) As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI em média de 96,50%, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

## 8 Fornecedores e outras contas a pagar

	<u>2024</u>
Contratação de serviços	<u>15</u>
<b>Total de fornecedores</b>	<b><u>15</u></b>
Outras provisões (a)	<u>18</u>
<b>Total de outras contas a pagar</b>	<b><u>18</u></b>
<b>Total de fornecedores e outras contas a pagar</b>	<b><u>33</u></b>

(a) Refere-se a serviços de auditoria e provisão de despesas gerais e administrativas no valor de R\$18.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de liquidez relacionados a fornecedores e outras contas a pagar encontram-se divulgados na nota explicativa nº 14.

## 9 Patrimônio líquido

### a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 1.145 ( R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024) representado por 1.145 mil ações, nominativas e sem valor nominal.

### b) Integralização de capital

A Companhia integralizou ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 capital social no montante de R\$ 1.145 (R\$ 0 ao longo de 2024).

### c) Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O lucro líquido será destinado a reserva legal no término do exercício fiscal.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apurou o lucro de R\$ 60 (R\$ 33 de prejuízo em 2024). Em decorrência dos lucros apurados a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 1 (R\$ 0 em 2024).

### d) Dividendos

#### *Dividendos mínimos obrigatórios:*

Conforme previsto no inciso I do parágrafo 1º do artigo 17 da Lei 6.404/76 a Companhia reconhece a cada exercício a distribuição mínima 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, quando apurado lucro no final do exercício.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia destinou à título de dividendos mínimos obrigatórios o montante de R\$ 1.434 (R\$ 434 em 2024), conforme demonstrativo abaixo:

	2025	2024
<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>(33)</b>	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	60	(33)
Compensação de prejuízos acumulados	(33)	
	<b>27</b>	-
<b>Base de cálculo - Reserva Legal</b>		
Reserva legal - 5%	(1)	-
	<b>26</b>	-
<b>Base de cálculo - Dividendos mínimos</b>		
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	7	-

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2025 é de R\$7 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024).

**e) Reserva de retenção de lucros**

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na assembleia geral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, após a compensação de prejuízos acumulados de R\$ 33, a Companhia destinou para reserva de retenção de lucros R\$52 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

## 10 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Contabilidade e auditoria	(32)	(33)
<b>Total</b>	<b>(32)</b>	<b>(33)</b>

## 11 Receitas financeiras

	2025
<b>Receita financeira</b>	
Juros de rendimento de aplicação financeira	101
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>101</b>

## 12 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2025 o montante remanescente a pagar do Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$ 2 (R\$0 em 31 de dezembro de 2024). A conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2025
Resultado contábil antes do imposto de renda e contribuição social	69
Diferenças temporárias	(18)
Compensação de prejuízo fiscal	(16)
<b>Base de cálculo</b>	<b>37</b>
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	<b>24%</b>
Imposto de renda e contribuição social	<b>(9)</b>

A Companhia apurou lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e compensação integralmente o prejuízo fiscal acumulado de R\$ 0 (R\$ 15 em 31 de dezembro de 2024).

## 13 Partes relacionadas

### a. Controladora e controladora final

A controladora direta e final é GIP Hélios Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia.

### b. Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da Administração, por seus serviços é representada por salários e outros benefícios de curto prazo. Para o exercício de 2025 e 2024 não foram fixadas remunerações. Todos os pagamentos foram realizados pela Atlas Brasil Comercializadora de Energia S.A.

### c. Operações com partes relacionadas

	Contas a pagar (a)	
<i>(i) Dividendos</i>	2025	2024
GIP Hélios II S.A.	7	-
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

(a) Conforme nota explicativa nº 9.

## 14 Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

### a) Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

	Nota	2025 - Valor contábil		2024 – Valor contábil	
		Valor justo através do resultado	Custo Amortizado	Valor justo através do resultado	Custo Amortizado
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.161	12	-	-
<b>Total</b>		<b>1.161</b>	<b>12</b>	-	-
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	8	-	-	-	15
Dividendos a pagar		-	7	-	-
Outras contas a pagar	8	-	-	-	18
<b>Total</b>		-	<b>7</b>	-	<b>33</b>

	Nível hierárquico do valor justo	2025 - Valor contábil e valor justo		2024 - Valor contábil e valor justo	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>Ativos</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	1.173	1.173	-	-
<b>Total</b>		<b>1.173</b>	<b>1.173</b>	-	-
<b>Passivos</b>					
Fornecedores	Nível 2	-	-	15	15
Dividendos a pagar	Nível 2	7	7	-	-
Outras contas a pagar	Nível 2	-	-	18	18
<b>Total</b>		<b>7</b>	<b>7</b>	<b>33</b>	<b>33</b>

### Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo financeiro, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivados de preços); e
- **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre nível 1, 2 tampouco com o nível 3.

**b. Gerenciamento de risco financeiro**

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de taxa de juros.

***Estrutura de gerenciamento de risco***

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

***i. Risco de crédito***

	<u>2025</u>
Caixas e equivalentes de caixa	<u>1.173</u>
<b>Total</b>	<u><b>1.173</b></u>

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

De modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, a Companhia centraliza suas operações apenas em instituições de primeira linha. a Companhia prioriza investimentos de curtíssimo prazo para obter o máximo de rendimento e máxima liquidez frente aos passivos contraídos.

***ii. Risco de liquidez***

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

**31 de dezembro de 2025**

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Dividendo a pagar	7	7	7	-	-	-
	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>7</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**31 de dezembro de 2024**

	Valor Contábil	Fluxos de caixa contratuais				
		Total	1 ano ou menos	2 - 5 anos	5 - 10 Anos	Mais que 10 anos
<b>Passivos financeiros</b>						
Fornecedores e outras contas a pagar	33	33	33	-	-	-
	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

**iii. Risco de taxa de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Em relação aos ativos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham a variação próxima do CDI em certificado de depósito bancário. Na data do balanço, o perfil de taxa de juros da Companhia é em aplicações financeiras com taxa pós-fixada.

E em relação aos passivos financeiros, visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia possui empréstimos e financiamento em operações com taxas que acompanham o índice inflacionário do Brasil e o índice de atualização dos contratos de venda de energia.

**Análise de sensibilidade**

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação / IFRS 7 – *Financial Instruments: Disclosures*, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, com 25% e 50% de aumento do risco.

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2025	Cenário	Sensibilidade		
		Provável 31/12/2026	Provável	$\Delta + (-)$ 25%	$\Delta + (-)$ 50%
Risco de redução da taxa de juros e índices					
CDI (a)	14,9%	12,25%	12,25%	15,31%	18,37%

  

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em	Sensibilidade				
		31/12/2025	Provável	$\Delta + 25\%$	$\Delta + 50\%$	$\nabla - 25\%$	$\nabla - 50\%$
Aplicações financeiras	CDI	1.161	142	178	213	107	71
<b>Total</b>		<b>1.161</b>	<b>142</b>	<b>178</b>	<b>213</b>	<b>107</b>	<b>71</b>

(a) Certificado de Depósito Interbancário – Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo.

## 15 Contingências

A Companhia não possui em 31 de dezembro de 2025 e 2024 contingências passivas com avaliação de risco de perda provável ou possível.

Manoel de Andrade Lira Neto  
Diretor  
CPF: 666.153.054-53

Julio Roberto Baruchi  
Contador  
CRC: 1SP206243/O-5  
CPF: 008.175.478-78

\* \* \*